



Número: **0800151-86.2019.8.15.0061**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Araruna**

Última distribuição : **27/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JANIELE MARTINS DA FONSECA (AUTOR)		JORDANA DE PONTES MACEDO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20111162	27/03/2019 16:02	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
20111198	27/03/2019 16:02	<a href="#">Ação de DPVAT Janiele Martins x Seg. LIDER</a>	Outros Documentos
20111388	27/03/2019 16:02	<a href="#">Proc. docs pes. comp de res Janiele</a>	Documento de Comprovação
20111416	27/03/2019 16:02	<a href="#">BO, Doc. da moto,declar. da Samu, comp de pag menor da indenização Janiele</a>	Documento de Comprovação
20111428	27/03/2019 16:02	<a href="#">GuiaCustas Janiele</a>	Documento de Comprovação
20133457	28/03/2019 11:58	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
20247608	02/04/2019 15:45	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
20297563	03/04/2019 22:44	<a href="#">Petição</a>	Petição
20297567	03/04/2019 22:44	<a href="#">Cartao bolsa familia Janiele</a>	Documento de Comprovação
20304269	04/04/2019 11:28	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
20378595	08/04/2019 12:00	<a href="#">Carta</a>	Carta
20378598	08/04/2019 12:00	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

PETIÇÃO INICIAL E DOC, EM ANEXO - PDF



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UMA DAS VARAS DA  
COMARCA DE ARARUNA/PB.**

**JUSTIÇA GRATUITA**

**JANIELE MARTINS DA FONSECA**, brasileira, casada agricultora, portadora do RG nº 003.797.532 SSDS/RN e do CPF nº 147.006.804-4-, residente no Sítio Queimadas, s/n, Zona Rural do Município de Araruna/PB, CEP: 58.233-000, sem endereço eletrônico, telefone para contato (083) 9 9318-1674, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por sua advogada infra-assinado, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 76, 3º Andar, Centro, no município de Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-205, pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas, o que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante elencados:



Rua Bulhões de Carvalho, nº 51 | Centro | Araruna - Paraíba  
Cep.: 58.233-000

(83) 9 9979-7501 | 3373 -1100



jordana\_macedo@hotmail.com



## **1 - INICIALMENTE:**

### **1.1 - JUSTIÇA GRATUITA**

O promovente à luz do que dispõe a lei nº. 1.060/50 vem à presença de Vossa Excelência, requerer os benefícios da justiça gratuita, até decisão final do feito, diante do que aduz o art. 4º da referida Lei:

“A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio ou de sua família”.

## **2 - DOS FATOS:**

Na data de 03 de maio de 2017 a autora sofreu acidente automobilístico (boletim de acidente de trânsito em anexo). Trata-se de um acidente de trânsito, no momento em que o requerente trafegava pela rodovia que corta o sítio Bernardo, quando foi “fechada” por outra moto que lhe ultrapassou, tendo a autora perdido o controle da moto e caído na rodovia.

A vítima, ora autora, foi socorrida pelo SAMU, e levada ao Hospital Pronto socorro de fraturas de Guarabira/PB.

Ocorre que, durante todo esse tempo, a autora não tinha conhecimento da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, diplomas legais que asseguram o recebimento de indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não, notadamente nos casos de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Contudo, uma vez tomando conhecimento e preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, conforme já mencionado, a autora encaminhou seu



Rua Bulhões de Carvalho, nº 51 | Centro | Araruna - Paraíba  
Cep.: 58.233-000

(83) 9 9979-7501 | 3373 -1100



jordana\_macedo@hotmail.com



pedido à seguradora, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/INVALIDEZ), tendo seu pedido autuado com o número de sinistro 3170522194.

Certa do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré. Tamanha fora a surpresa desta, quando informada do pagamento da indenização, NÃO POR SUA CONFIRMAÇÃO, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pela demandada.

De acordo com documento anexado, a ré efetuou o pagamento de valor irrisório, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pela autora e com a invalidez permanente que esta adquiriu. Ou seja, após análise do pedido feito administrativamente, a requerente recebeu o valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida pela autora. A demandante permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no acidente de trânsito, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, e mesmo assim, restou com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar.

Conforme se demonstra Excelência, o segurado, por ora autora, juntou ao seu pedido administrativo para recebimento da indenização do seguro DPVAT, certidão de ocorrência policial relatando o acidente de trânsito, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões, e mesmo assim, teve como resposta da ré, um pagamento ínfimo, não compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo, solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em



Rua Bulhões de Carvalho, nº 51 | Centro | Araruna - Paraíba  
Cep.: 58.233-000

(83) 9 9979-7501 | 3373 -1100



jordana\_macedo@hotmail.com



vão, pois injustificadamente, a demandada efetuou o pagamento de um valor muito aquém do que deveria, não havendo outra forma da demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

### **3- DO DIREITO:**

#### **3.1-. DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM**

O seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres – **DPVAT**, conhecido popularmente como **SEGURO OBRIGATÓRIO**, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa.

No caso em comento, é direito da promovente perceber uma indenização por danos pessoais, ante a sua invalidez decorrente de acidente de trânsito.

Vale à pena destacar, que a legitimidade ativa do Autor na presente demanda é cristalina. Neste sentido, dúvidas não há ante a dicção legal do art. 4º da Lei nº. 6.194/74, *in verbis*:

**“A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados”. (grifo nosso)**

#### **3.2- DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM**

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro



Rua Bulhões de Carvalho, nº 51 | Centro | Araruna - Paraíba  
Cep.: 58.233-000

(83) 9 9979-7501 | 3373 -1100



jordana\_macedo@hotmail.com



obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)**

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o pólo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

### **3.3- DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**

Anota o art. 5º da Lei nº. 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

**“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)**

Reforçando a idéia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº. 6.194/74, ao estabelecer que:

**“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades**



Rua Bulhões de Carvalho, nº 51 | Centro | Araruna - Paraíba  
Cep.: 58.233-000

(83) 9 9979-7501 | 3373 -1100



jordana\_macedo@hotmail.com



**seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". (destaque nosso).**

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**"STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização".**

É incontestado, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

#### **4- DO VALOR**

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS), a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74:

**"Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**

**- R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**

A Lei nº 11.945/09 distinguiu os graus de lesão sofrida pela vítima,



Rua Bulhões de Carvalho, nº 51 | Centro | Araruna - Paraíba  
Cep.: 58.233-000

(83) 9 9979-7501 | 3373 - 1100



jordana\_macedo@hotmail.com





classificando a invalidez permanente em total e parcial, e a parcial, em completa ou incompleta. Para tanto, acrescentou à Lei nº 6.194/74 tabela de danos corporais a ser utilizada no cálculo da indenização. Confira-se a nova redação:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

- I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
- II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e
- III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

- I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e
- II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.”

Com a prova da debilidade permanente sofrida em razão de acidente de trânsito, assiste a Autora direito à indenização do seguro obrigatório NO VALOR MÁXIMO ACIMA REFERIDO, qual seja, R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais). Neste sentido:

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO.



Rua Bulhões de Carvalho, nº 51 | Centro | Araruna - Paraíba  
Cep.: 58.233-000

(83) 9 9979-7501 | 3373 -1100



jordana\_macedo@hotmail.com



CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO. DEBILIDADE PERMANENTE E DANO ESTÉTICO. VALOR MÁXIMO. LEIS 6.194/74 E 11.482/07. CORREÇÃO MONETÁRIA. MP 340/06.

I - O julgamento antecipado da lide não acarreta cerceamento de defesa quando a prova constante nos autos é suficiente para o deslinde da demanda. Preliminar rejeitada.

II - Constatado que o acidente automobilístico resultou na debilidade permanente da função mastigatória do autor e dano estético, ele possui direito de receber a indenização derivada do seguro obrigatório no valor máximo de R\$ 13.500,00, conforme estabelecido no art. 3º, alínea "b", da Lei 6.194/74, alterada pela Lei 11.482/07. III - A correção monetária deve incidir desde 29/12/06, data de publicação da MP 340 que alterou o valor do seguro obrigatório para R\$ 13.500,00. IV - Apelação da ré improvida. Recurso adesivo do autor provido. (Acórdão n. 573832, 20080111548486APC, Relator VERA ANDRIGHI, 6ª Turma Cível, julgado em 14/03/2012, DJ 22/03/2012 p. 193).

## **5. DA POSTULAÇÃO**

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

a) Determine a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, para que apresente sua defesa no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;

b) Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar ao Promovente a importância de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** de acordo com a lei nº. 6.194/74, devidamente alterado pela lei nº 11.482, acrescidos de juros e correção monetária;

c) Conceder os benefícios da gratuidade judiciária, tendo em vista ser o autor pobre na forma da lei;

d) A condenação da promovida em custas e honorários advocatícios na base de 20%

Por fim, protesta pela produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente pelo depoimento pessoal do representante legal da seguradora promovida, da promovente, assim como oitiva de testemunhas, juntada de novos



documentos e perícia médica.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).

Termos em que, pede e espera-se pleno deferimento.

Araruna/PB, 27 de Março de 2019.

**JORDANA DE PONTES MACÊDO**  
**ADVOGADA - OAB/PB 18.369**



Rua Bulhões de Carvalho, nº 51 | Centro | Araruna - Paraíba  
Cep.: 58.233-000

(83) 9 9979-7501 | 3373 -1100



jordana\_macedo@hotmail.com



## PROCURAÇÃO PARTICULAR

### OUTORGANTE:

JANIELE MARTINS DA FONSECA, brasileira, casada, inscrita no  
CPF nº. m.º 147.006.804-40 e RG m.º 003.787.532, residente e  
domiciliada no sítio Queimados, Zona Rural do Município de  
Araruna/PB, CEP 58.233-000

\_\_\_\_\_, nomeia e bastante constitui:

OUTORGADO: JORDANA DE PONTES MACÊDO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº 18.369 com escritório situado na Rua Bulhões de Carvalho, 51, centro, Araruna/PB, 58.233-000, Tel.: (83) 9 9979-7501.

PODERES: Os da cláusula "AD JUDITIA ET EXTRA", além de onde com esta se apresentar, em qualquer Comarca, instância ou Tribunal, até final decisão, usando os recursos legais e representando a outorgante em qualquer Órgão Judicial ou Administrativo, empresas privadas, etc., conferindo-lhe ainda poderes para: promover a defesa dos seus direitos, como autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interveniente, interposição de recursos em geral, confessar, desistir, firmar acordos, receber e dar quitação, receber citação inicial, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reserva de poderes, revogar procuração, contestar, reconvir, confessar, requerer protestos e acessórios, alvarás, oferecer razões orais ou escritas, solicitar perante as repartições públicas, em seu nome e para o fiel cumprimento do presente, o que tudo dará por firme e valioso.

Honorários: Caberá a advogada 30 % (trinta por cento) dos valores a serem apurados na presente ação, a título de honorários advocatícios, independente de acordo entre as partes.

### DECLARAÇÃO DE POBREZA PARA FINS JUDICIAIS

A parte acima qualificada declara para os devidos fins de direito, que não dispõe de condições para arcar com qualquer demanda, sem que falte o essencial para sua sobrevivência e de sua família, sendo, portanto, beneficiário(a) das benesses da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC e art. 5º, LXXIV, da CF c/c a lei 1.060/50.

Araruna/PB, 27 de Março de 20 19.

Janielle Martins da Fonseca  
OUTORGANTE

Obs: É dispensado o reconhecimento de firma por força do art. 1º da Lei 8.952/94.





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 003.797.532

NOME JANIELE MARTINS DA FONSECA

FILIAÇÃO SEVERINO ANDRE DA FONSECA  
ADJANE ALVES MARTINS

NATURALIDADE BRASILEIRA PB

DATA DE EXPEDIÇÃO 09/09/2016

DATA DE NASCIMENTO 24/08/1998

DOC. ORIGEM CERT. DE NASCIMENTO L-011 F-217-RB-7942

JAPI RN-CARTORIO UNICO CARTORIO

CPF

Richard Ribeiro da Silva  
Assinatura do Diretor Geral

LEI Nº 7.116 DE 29/08/88

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR Janiele Martins da Fonseca

POLEGAR DIREITO

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA  
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO  
RIO GRANDE DO NORTE  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL





**Ministério da Fazenda  
Receita Federal**



**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF**

**Número**

**147.006.804-40**

**Nome**

**JANIELE MARTINS DA FONSECA**

**Nascimento**

**24/08/1998**



Assinado eletronicamente por: JORDANA DE PONTES MACEDO - 27/03/2019 16:01:16

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19032716000265300000019564852>

Número do documento: 19032716000265300000019564852





Consumo Ativo até 30 kWh  
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh  
Acréscimo Bandeira AMARELA  
Acréscimo Bandeira VERMELHA  
Compensação DMIC 07/17

TOTAL DA FATURA

### HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/Ano	Consumo (kWh)
MAI16	55
SET17	52
AGO17	55
JUL17	55
JUN17	71
MAI17	50
ABR17	57
MAR17	68
FEV17	65
JAN17	66
DEZ16	76
NOV16	58
OUT16	65
SET16	69

### COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

Descrição	Valor	Porcentagem
Geração de Energia	R\$ 4,62	41,8%
Transmissão	R\$ 0,82	5,82%
Distribuição (Coeos)	R\$ 3,23	28,26%
Perdas de Energia	R\$ 0,79	7,16%
Energos Setoriais	R\$ 0,98	8,88%
Tributos	R\$ 0,80	7,25%
<b>Total</b>	<b>R\$ 11,04</b>	<b>100%</b>

### TARIFFAS APLICADAS

Consumo Abaixo até 30 kWh: 0,14263200  
 Consumo Abaixo superior a 30 até 100 kWh: 0,24451200

### RESERVAÇÃO FISCAL

749B DAC / 305B F256 B95B D031 E491 FEE4

### INFORMAÇÕES IMPORTANTES

[illegible]

**ATENÇÃO: O SEU RCM INFORMA QUE VOCE POSSUI CONTAS EM ABERTO**

Exercício: 2016 Tipo de pagamento: (S/C) Contas (de energia elétrica)

Vencido	Diretivo	Valor	Vencido	Diretivo	Valor
21/08/17	1302/17	12,76			

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito SPIC e SERASA, com ampla repercussão nacional. Esta comunicação foi submetida a aviso de débito anterior em bom e não há qualquer débito em discussão judicial que possa ser cobrado após o fim do processo.

**DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES**

CONJUNTO	VALOR APURADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	NÍVEL DE TENSÃO		
					TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
					MÍNIMO	MÁXIMO	
DIC	LAGOA DANTIA	Jul/2017					
		7,39	11,45	22,90			
FIC		7,00	7,74	15,49			
DMIC		6,91	6,29	0,00			

Limite Lei nº 16.240







**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

Livro nº 002/2017

Ocorrência nº. 300/2017

Aos DEZOITO dias de JULHO de DOIS MIL E DEZESSETE, nesta cidade de ARARUNA/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **JOACIL DE LIMA MOREIRA**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrivão(o) de polícia ad hoc, nomeado pela Autoridade para funcionar neste procedimento a quem a mesma Autoridade deferiu o compromisso legal de bem e fielmente servir, prontamente aceito, aí, por volta 10h:14min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

**JANIELE MARTINS DA FONSECA**, conhecido por **JANIELE**, Identidade nº 003.797.582-SSP/RN, CPF nº [redacted], nacionalidade brasileira, estado civil: solteira, profissão: estudante, filho(a) de Severino André da Fonseca e Adjane Alves Martins, natural de Araruna/PB, nascido(a) em 24/08/1998 (18 anos de idade), do sexo FEMININO, residente e domiciliado(a) no(a) Sítio Barbaço, s/n, tendo como ponto de referência: zona rural, na cidade de ARARUNA, fone(s) para contato: [redacted]

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: ACIDENTE DE TRÂNSITO;
- 2) DATA DO FATO: 3 de maio de 2017;
- 3) HORÁRIO: 10h:0min;
- 4) LOCAL: Sítio Bernardo - Araruna;
- 5) UNIDADE DE SAÚDE PARA A QUAL O ACIDENTADO FOI ENCAMINHADO: Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira LTDA;
- 6) O COMUNICANTE/VÍTIMA CONDUZIA O VEÍCULO? SIM;
- 7) SENDO O(A) COMUNICANTE CONDUTOR(A) DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE, É ELE HABILITADO? não;
- 8) O VEÍCULO DO(A) COMUNICANTE/VÍTIMA ENCONTRA-SE EM DIA COM AS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS? NÃO

**6) DESCRIÇÃO DO(S) VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) NO ACIDENTE:**

MOTOCICLETA MARCA HONDA POP 100, ANO/MOD 2008/2009, COR CINZA, PLACA NNM 9530, licenciado em nome de Maria Cavalcante

**7) TESTEMUNHA(S) DO FATO/ACIDENTE:**

**FERNANDA CAVALCANTE DA SILVA e MARIA CAVALCANTE**, residente no sítio Barbaço, 04, zona rural de Araruna/PB.

**8) BREVE RESUMO DO FATO:**

Afirma a noticiante que pilotava a moto acima descrita com sua amiga **FERNANDA**, quando ao passarem na rodovia que corta o sítio Bernardo na zona rural de Araruna, a noticiante foi "fechada" por outra moto que lhe ultrapassou, tendo a noticiante perdido o controle da moto e caiu na rodovia; QUE com a queda a noticiante sofreu fratura no braço direito; QUE foi atendida no hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira; QUE não possui CNH, pois ainda retirou seu CPF

**9) OBSERVAÇÕES:**

Que com sua assinatura abaixo, assumi o compromisso de comparecer ao tribunal especial quando intimado para tal. Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrivão(o) que digitei.

*Janiele Martins da Fonseca*  
JANIELE MARTINS DA FONSECA

Comunicante

*Rielson da Costa Belmont*  
RIELSON DA COSTA BELMONT

Escrivão de Polícia ad hoc







Assinado eletronicamente por: JORDANA DE PONTES MACEDO - 27/03/2019 16:01:22

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19032716002464700000019564880

Número do documento: 19032716002464700000019564880

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTERIO DAS CIDADES		DETTRAN - RN Nº 010850102712	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO		BILHETE DE SEGURO DPVAT	
VIA 1	COD RENAVAM 00118609416	ENTRADA 00118609416	EXERCICIO 2014
MARCIA CAVALCANTE		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
PLACA 044.943.074-08	CHASSI NNM9530	PLACA NNM9530	CHASSI NNM9530
PASSAGEIRO	ESPECIE TIPO	COMBUSTIVEL GASOLINA	DATA EMISSAO 13/10/2014
HONDA/POP100	MARCA/MODELO	ANO FAB 2008	ANO MOD 2009
OCV/97 CILINDRADAS	CATEGORIA PARTICULAR	COR PREDOMINANTE CINZA	VEIC/COTAS 1º PAGO
I R\$ 0.00	VEIC COTA UNICA 11/08/2014	2º PAGO	3º PAGO
P FAIXA IPVA 18	PARCELAMENTO/COTAS 18	PREMIO TOTAL (R\$) DPVAT: PAGO	DATA DE PAGAMENTO
A 002824 3X	PREMIO TARIFARIO (R\$) 00	TAXAS DETRAN: PAGO	OBSERVAÇÕES
MOTOR: HB02E19009778 10 DE PORTA OBRIGATORIO			
JAPI/RN			
MARCIA ARIANE DE CARVALHO Coordenadora de Registro e Licenciamento de Veículos			
13/10/2014			

DETTRAN - RN Nº 010850102712		BILHETE DE SEGURO DPVAT	
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
MARCIA CAVALCANTE		MARCIA CAVALCANTE	
PLACA 044.943.074-08	CHASSI NNM9530	PLACA NNM9530	CHASSI NNM9530
PASSAGEIRO	ESPECIE TIPO	COMBUSTIVEL GASOLINA	DATA EMISSAO 13/10/2014
HONDA/POP100	MARCA/MODELO	ANO FAB 2008	ANO MOD 2009
OCV/97 CILINDRADAS	CATEGORIA PARTICULAR	COR PREDOMINANTE CINZA	VEIC/COTAS 1º PAGO
I R\$ 0.00	VEIC COTA UNICA 11/08/2014	2º PAGO	3º PAGO
P FAIXA IPVA 18	PARCELAMENTO/COTAS 18	PREMIO TOTAL (R\$) DPVAT: PAGO	DATA DE PAGAMENTO
A 002824 3X	PREMIO TARIFARIO (R\$) 00	TAXAS DETRAN: PAGO	OBSERVAÇÕES
MOTOR: HB02E19009778 10 DE PORTA OBRIGATORIO			
JAPI/RN			
MARCIA ARIANE DE CARVALHO Coordenadora de Registro e Licenciamento de Veículos			
13/10/2014			



SAMU ARARUNA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA**

## DECLARAÇÃO

O SAMU 192 BASE DESCENTRALIZADA DE ARARUNA-PB, inscrito sob CNPJ: 11.667.845/0001-51. DECLARA para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 1684934, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente Janielle Martins da Fonseca, 19 anos, CPF 003.797.532, RG 003.797.532, vítima de acidente de motocicleta, no dia 03/05/2019 às 10:45 horas, na localidade Sítio Bernardo. Sendo o mesmo encaminhado para Hospital Regional de Guarânia.

Araruna, 08 de Fevereiro de 2019.

Thais Lourenna da Silva Ferreira  
Coordenação Administrativa  
SAMU ARARUNA  
10835

Thais Lourenna da S. Ferreira  
Coordenação Administrativa  
SAMU 192 BASE DESCENTRALIZADA DE ARARUNA-PB

Rua Coronel Pedro Targino, S/N -- Centro, CEP 58233-000, Araruna-PB  
FONE: (83) 3373-1209





Rio de Janeiro, 20 de Janeiro de 2018

Carta nº: 12267001

A/C: JANIELE MARTINS DA FONSECA

Nº Sinistro: 3170522194  
Vítima: JANIELE MARTINS DA FONSECA  
Data do Acidente: 03/05/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: JOSE ALVES PESSOA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: JANIELE MARTINS DA FONSECA

Valor: R\$ 843,75

Banco: 001

Agência: 000002703-0

Conta: 000010017492-2

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	843,75

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos punhos 25%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 25%) 6,25%

Valor a indenizar: 6,25% x 13.500,00 =	R\$	843,75
--	-----	--------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,



**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01781/01782 - carta\_15R - INVALIDEZ



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 006.5.19.00099/01
			<b>Data de emissão:</b> 27/03/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Araruna	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/03/2019
<b>Número da guia:</b> 006.2019.600099 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,54
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 990,80 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 15,56 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.210,21
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866900000120 102109283188 520190331006 651900099011 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.210,21

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 006.5.19.00099/01
			<b>Data de emissão:</b> 27/03/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Araruna	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/03/2019
<b>Número da guia:</b> 006.2019.600099 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,54
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 990,80 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 15,56 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.210,21
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866900000120 102109283188 520190331006 651900099011 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.210,21

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 006.5.19.00099/01
			<b>Data de emissão:</b> 27/03/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Araruna	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/03/2019
<b>Número da guia:</b> 006.2019.600099 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,54
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 990,80 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 15,56 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.210,21
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866900000120 102109283188 520190331006 651900099011 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.210,21





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 006.2019.600099

**Data Vencimento:** 31/03/2019

**Data Emissão:** 27/03/2019

**Comarca:** Araruna

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

**Promovente:** JANIELE MARTINS DA FONSECA

**Promovido:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**Valor da Causa:** R\$ 13.500,00

**Despesas Processuais:** R\$ 15,56

**Custas:** R\$ 990,80

**Taxa:** R\$ 202,50

**Total da Guia:** R\$ 1.208,86

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

1ª Vara Mista de Araruna

---

PROCESSO: 0800151-86.2019.8.15.0061

[SEGURO]

PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JANIELE MARTINS DA FONSECA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

#### DESPACHO

Vistos, etc.

O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira, nem é prova inequívoca, sem contar que é desnecessária ante a possibilidade do próprio advogado afirmar na inicial, desde que tenha poderes para tanto, declarado na procuração.

No caso, há elementos suficientes para afastar a presunção, em especial, natureza e objeto discutidos.

Por outro lado, o Juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.



Assim, antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo.

Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, INTIME-SE a parte requerente para, em 10 (dez) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício, documentos capazes de comprovar a hipossuficiência, tais como: cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal. █

Tudo, ante a possibilidade de redução ou parcelamento, que podem ser requeridos, nos termos do NCPC.

A parte poderá, ainda, no mesmo prazo, recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de indeferimento do pedido de gratuidade da justiça e multa de 10 vezes o valor das custas judiciais, devidos a partir do trânsito, nos termos previstos na LAJ, art. 4º, §1º, inscrita em dívida ativa, além da extinção do processo sem resolução de mérito.

Nos termos do CPC:

- A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência;
- Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade;
- A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas;
- A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
- Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento;
- O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.



Valor da causa: R\$ 13.500,00

ARARUNA, 28 de março de 2019

CLARA DE FARIA QUEIROZ

Juiz(a) de Direito







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
1ª VARA DA COMARCA DE ARARUNA

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO**  
(DESPACHO)

**Processo n.:** 0800151-86.2019.8.15.0061

Fica(m) o(a)(s) **AUTOR: JANIELE MARTINS DA FONSECA**, devidamente intimado(a)(s) do **Despacho** de **ID n. 20133457**.

ARARUNA 2 de abril de 2019

RODRIGO DE ALMEIDA FERNANDES

Analista Judiciário



**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ARARUNA – PB.**

-  
**PROCESSO Nº 0800151-86.2019.8.15.0061**  
-  
-

**JANIELE MARTINS DA FONSECA**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem por meio de sua advogada e bastante procuradora ao final assinado, com o devido respeito à honrosa presença de Vossa Excelência, Requerer a juntada da cópia do cartão de recebimento do benefício do Programa Federal Bolsa Família, visando com isso, ratificar seu pedido de justiça gratuita, objetivando seu deferimento. Tudo isso como forma de se fazer justiça.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Araruna/PB, 03 de Abril de 2019.

**JORDANA DE PONTES MACÊDO**

**ADVOGADA OAB/PB 18.369**







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

1a VARA DA COMARCA DE ARARUNA

Número do Processo: 0800151-86.2019.8.15.0061

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM (7) - ProComum

Assunto: [SEGURO]

Partes: JANIELE MARTINS DA FONSECA X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

## DESPACHO

Defiro a gratuidade judiciária, nos termos do art. 98, do CPC, uma vez comprovada que a autora é beneficiária do Bolsa Família (Num. 20297567 - Pág. 1)

Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, não sendo o caso de improcedência liminar do pedido, **designo AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 03/07/2019, às 10:00 horas (art. 334, CPC).**

Cite-se o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

A parte autora será intimada na pessoa do advogado (art. 334, §3º, CPC).

Cientes as partes quanto à possibilidade de constituírem representantes com poderes para negociar e transigir, bem como, que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, CPC).

Cientifique-se a parte promovida de que lhe é facultado oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da audiência de conciliação quando não houver comparecimento de alguma das partes ou, comparecendo, não houver autocomposição, ou ainda do seu eventual protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, ocasião em que poderá apresentar tudo o que interesse a sua defesa, além de preliminares, incompetência relativa, incorreção do valor da causa e indevida concessão de justiça gratuita.

Cumpra-se.

ARARUNA, 4 de abril de 2019



CLARA DE FARIA QUEIROZ

Magistrado





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
1ª VARA DA COMARCA DE ARARUNA

CARTA DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0800151-86.2019.8.15.0061  
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM (7)  
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [SEGURO]

AUTOR: JANIELE MARTINS DA FONSECA  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**Parte a ser citada:**  
**Nome:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A  
**Endereço:** R SENADOR DANTAS, 76, 3 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

DE ORDEM da Excelentíssimo(a) Dr(a) CLARA DE FARIA QUEIROZ, da 1ª Vara da Comarca de Araruna/PB, venho, por meio desta, **CITAR** o(a) **RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**, já devidamente qualificada acima, através de seu representante legal (se for o caso), para tomar conhecimento de todos os atos e termos da ação proposta.

Em ato contínuo, fica a parte acima referida, devidamente **INTIMADA** da audiência abaixo designada, com data e horário que segue:

Tipo: Conciliação Sala: Principal Data: 03/07/2019 Hora: 10:00

Araruna / PB, 8 de abril de 2019.

**ADVERTÊNCIAS:** **1)** O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: **I)** da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inc. I, CPC); **II)** do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4º, inc. I (art. 335, inc. II, CPC); **III)** prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos (art. 335, inc. III, CPC); **IV)** No caso de litisconsórcio passivo ocorrendo a hipótese do art. 334, §6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência (art. 335, §1º, CPC) **V)** Quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4º, inc. II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência (art. 335, §2º, CPC). **2)** O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, CPC); **3)** a parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §10º, CPC).



De ordem, LEVI ROSAL COUTINHO  
Chefe de Cartório

**PARA VISUALIZAR A INICIAL E DOCUMENTOS ACESSE O LINK:**  
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" a CHAVE DE ACESSO respectiva, conforme relação abaixo:

Documentos associados ao processo

<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Chave de acesso**</b>
Petição Inicial	Petição Inicial	19032716010663600000019564631
Ação de DPVAT Janiele Martins x Seg. LIDER	Outros Documentos	19032715565987000000019564665
Proc. docs pes. comp de res Janiele	Documento de Comprovação	19032716000265300000019564852
BO, Doc. da moto,declar. da Samu, comp de pag menor da indenização Janiele	Documento de Comprovação	19032716002464700000019564880
GuiaCustas Janiele	Documento de Comprovação	19032716004075100000019564892
Despacho	Despacho	19032811583673400000019586045
Expediente	Expediente	19040215455153800000019696854
Petição	Petição	19040322442860500000019745058
Cartao bolsa familia Janiele	Documento de Comprovação	19040322435840200000019745062
Despacho	Despacho	19040411281804200000019751581





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
1ª VARA DA COMARCA DE ARARUNA

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO**  
(DESPACHO)

**Processo n.:** 0800151-86.2019.8.15.0061

Fica(m) o(a)(s) **AUTOR: JANIELE MARTINS DA FONSECA**, devidamente intimado(a)(s) do **Despacho** de **ID n. 20304269**.

ARARUNA 8 de abril de 2019

LEVI ROSAL COUTINHO

Chefe de Cartório

